

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

PHILLIP ROTHWELL (Orgs.)

Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa



MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
PHILLIP ROTHWELL (Orgs.)

Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa

Índice

9 Agradecimentos

11 Primeiras palavras
Margarida Calafate Ribeiro e Phillip Rothwell

PARTE UM. MAPAS

21 Capítulo 1. O espaço por quem o vive: para uma geocrítica do espaço ficcional na literatura são-tomense
Inocência Mata

47 Capítulo 2. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens
Francisco Noa

59 Capítulo 3. Os anos de pólvora: narrativas sobre a guerra na ficção angolana contemporânea
Tania Macêdo

71 Capítulo 4. “Nós, Cabo-Verdianos”: a representação da identidade nos textos literários do século XIX
Ana Cordeiro

87 Capítulo 5. Breve panorama da prosa literária da Guiné-Bissau
Moema Parente Augel

105 Capítulo 6. Sonhos, sangue, perplexidades, esperança... — um percurso pela poesia da Guiné-Bissau
Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco

PARTE DOIS. RECORTES

- 119 **Capítulo 7. Escrita e monumento: autobiografias em Moçambique**
Rita Chaves
- 133 **Capítulo 8. «Tudo arrasta consigo, como uma sombra, o seu contrário»: sobre *O olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho**
Silvio Renato Jorge
- 145 **Capítulo 9. Líderes sanguinários, cães ferozes e a Virgem Maria: o 27 de Maio na literatura angolana**
Dorothee Boulanger
- 157 **Capítulo 10. O desejo de (não) ser: João de Freitas, intelectual binacional**
José Luís Pires Laranjeira
- 167 **Capítulo 11. Heranças de um massacre colonial: cinco notas sobre pós-memória em São Tomé e Príncipe**
Inês Nascimento Rodrigues
- 181 **Capítulo 12. A quase-informação na literatura de Cabo Verde em tempo de censura**
Sandra Inês Cruz
- 193 **Capítulo 13. A revista literária enquanto forma: expressão literária africana do século XX**
Alexandra Reza
- 211 **Capítulo 14. Colonialismo português e castigo público: pacto com o eufemismo**
Nazir Ahmed Can

PARTE TRÊS. TRÂNSITOS

- 229 **Capítulo 15. Anticolonialismo, terceiro-mundismo e a herança da Resistência: a luta de libertação africana explicada aos italianos (1945–1975)**
Vincenzo Russo
- 245 **Capítulo 16. Comunidade afetiva transatlântica: Nicolás Guillén e a poesia revolucionária lusófona**
Raquel Ribeiro
- 263 **Capítulo 17. Uma política da filosofia no pensamento africano: Amílcar Cabral e a metafísica da resistência**
Roberto Vecchi

- 273 **Capítulo 18. As palavras fantasmas de Amílcar Cabral**
Fernanda Vilar
- 291 **Capítulo 19. Viagens na Minha Terra de “outros” ocidentais**
Margarida Calafate Ribeiro
- 309 **Capítulo 20. Imagens de África na literatura portuguesa “pós-Lobo Antunes”:
o olhar da segunda geração sobre a guerra colonial**
Felipe Cammaert
- 323 **Capítulo 21. A Mãe Negra torna-se Mãe Transnacional: a evolução da materni-
dade na literatura angolana de Alda Lara a Djina**
Phillip Rothwell
- 335 **Capítulo 22. Negro por fora, vermelho por dentro — o Teatro Griot**
António Pinto Ribeiro
- 351 **Notas biográficas dos autores**

AGRADECIMENTOS

- aos nossos ensaístas;
- aos investigadores do projeto *Memoirs — Filhos de Império e Pós-memórias Europeias*, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624);
- à “The Leverhulme Trust: Project ‘A Rebellious Mirror to their Nation’ Research Fellowship”;
- a Nu Barreto e à Galerie Nathalie Obadia, Paris, pela cedência da obra “Sem título” para a capa deste livro;
- a António Sousa Ribeiro, Diretor do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra;
- a Hélia Santos pela gestão do projeto *Memoirs* que está na origem deste livro;
- a Tomás de Vallera pela tradução para português dos textos originais em inglês;
- a Victor Ferreira pela atenta revisão do manuscrito;
- ao grupo dst pelo seu generoso apoio para a publicação deste livro;
- a José Sousa Ribeiro e à equipa da editora Afrontamento.

PRIMEIRAS PALAVRAS

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO E PHILLIP ROTHWELL

No presente volume, escrito a muitas mãos, pretende-se mostrar as novas fases do estado da crítica das habitualmente designadas literaturas africanas de língua portuguesa ou, num sentido mais lato, das literaturas lusófonas. Começa-se por traçar os **mapas** destas literaturas a partir de curtos ensaios de longo fôlego, abrindo com Inocência Mata a traçar uma geocrítica do espaço ficcional na literatura são-tomense, seguindo com Francisco Noa a fornecer uma visão arqueológica da produção literária moçambicana, a fim de fornecer novos entendimentos dos significados subjacentes à identidade moçambicana contemporânea; Tania Macêdo traz a marca da guerra nas narrativas angolanas da guerra; Ana Cordeiro aborda o ser cabo-verdiano e Moema Parente Augel e Carmen Lucia Tindó Secco exploram os caminhos, respetivamente, da prosa e da poesia da Guiné-Bissau escritas em língua portuguesa. A segunda parte é dedicada aos **recortes** temáticos ou de autor destas literaturas e a última parte aborda os **trânsitos** destas escritas a caminho de uma fase pós-nacional e, por isso, é dada uma atenção concertada às diásporas.

Ambicioso projeto sem dúvida, mas necessário, hoje, no contexto do que se tem vindo a designar como literaturas de língua portuguesa para uns, literaturas lusófonas, para outros.

Como Patrick Chabal (1996) advertiu, existem armadilhas intelectuais em qualquer projeto que enquadre a sua análise em termos de uma África de língua portuguesa. O conceito “África lusófona” surgiu no final da década de 1980 para lembrar ao mundo que havia outras experiências e legados do colonialismo além dos referentes aos impérios britânico e francês, ancorados em territórios geográficos diferenciados e com manifestações qualitativamente diferentes das visões aparentemente hegemónicas anglófonas e francófonas de África. No entanto, o simples

uso da expressão África lusófona nunca criou uma unidade coerente, nem mesmo conseguiu produzir um conjunto de elementos que permitisse uma comparação convincente. Os mitos de uma “África lusófona” — enraizados numa profunda crença no excecionalismo português — alimentaram a consciência portuguesa de maneiras muito diferentes dos modelos anglófono e francófono, a que se ligava, sem dúvida, a natureza e as circunstâncias da saída de Portugal do continente após o 25 de Abril de 1974. As narrativas de uma mitologia vocacional portuguesa localizada a Sul, a lusofonia, assente na língua comum, a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em 1996, foram passos que ajudaram a reforçar a ideia de que algo designado como “África lusófona” existia efetivamente para lá da nostalgia latente dos chamados retornados ou da ressaca imperial de um povo a sair da retórica salazarista de “Portugal não é um país pequeno”, ilustrada com os mapas das antigas colónias colocados sobre o mapa da Europa.

No entanto, Patrick Chabal — que era um historiador, um homem da ciência política que depressa percebeu a importância destas literaturas para o seu trabalho, entendendo-as como literaturas profundamente ligada aos processos políticos, literaturas “à espera da história” (M. C. Ribeiro, 2014: 225) — foi um dos primeiros a sistematizar o estudo da “África lusófona” com os seus volumes seminais sobre a história e as literaturas pós-coloniais africanas lusófonas (Chabal, 1996; Chabal *et al.*, 2002). Via no “agrupamento” a necessária estratégia para a inscrição académica do tema num mundo académico global, que, por semelhança com a designação anglo-saxónica e francesa, facilitaria a receção, sabendo bem, como mostrou em muita da sua obra académica, como as ex-colónias portuguesas de África partiam de diferentes estruturas conceptuais e, conseqüentemente, tinham evoluído de maneiras culturais e políticas muito diferentes.

Todas as antigas colónias portuguesas em África haviam vivido o jugo do colonialismo e da ditadura portuguesa de maneiras diferentes, mas comparáveis. Com a independência, surgiram afinidades naturais entre as várias nações, influenciadas por redes traçadas em Portugal, como a Casa dos Estudantes do Império e os laços fortes, ainda que ambíguos, com a oposição portuguesa a Salazar. Mas muitas outras redes internacionais sustentavam a frágil África lusófona e que se revelaram decisivas na luta e na independência — do internacionalismo italiano (Russo, 2019) à União Soviética, dos países nórdicos a Cuba, das ligações parisienses da *Présence Africaine* à China e às redes da África Austral, que, com o seu apoio, pretendiam a libertação do continente: do clandestino ANC da África do Sul do Apartheid à Tanzânia, da Etiópia à Zâmbia ou ao Congo, o que conferiria a estes

movimentos e aos primeiros passos da independência um cosmopolitismo que nada tinha que ver com o mundo fechado de Portugal.

Com a independência, os projetos comuns dos movimentos anticoloniais divergiram, alicerçados nos movimentos de libertação que tinham conquistado a independência, nas múltiplas culturas locais, que simultaneamente eram dominadas em nome da construção da nação, e nas redes internacionais que se revelaram fortes aliados destes países no contexto da Guerra Fria. Estes projetos culturais nacionais estavam intrinsecamente ligados a ideologias políticas — seja o MPLA, a FRELIMO ou o PAIGC — que se mostraram muito limitadoras da variedade cultural dos territórios que pretendiam representar, pois os Estados de partido único procuravam fundir a política da Guerra Fria com reivindicações de poder que foram divergindo dos interesses das populações.

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, que abriu o caminho para a reunificação alemã, teve profundas implicações para os países africanos de língua oficial portuguesa. Não é tanto que tenham entrado numa fase pós-marxista, embora claramente isso ocorra nos projetos literários de Pepetela, Manuel Rui, Paulina Chiziane, Mía Couto e muitos outros, que começaram a questionar profundamente as noções de nacionalidade que os seus trabalhos haviam subscrito, mas algo diferente emergia também. Tratava-se de assinalar a Sul o fim de uma época e o princípio de outra, sabendo o quanto estas passagens são mais feitas de continuidades do que de ruturas. O fim da Guerra Fria anunciaria o início de um novo momento, um momento pós-nacional, em que o que significava ser angolano, moçambicano, guineense, são-tomense e cabo-verdiano começava a torna-se mais contingente, incluindo identidades que iam muito além do território. É nesta linha autorreflexiva de longo traço que se situam as leituras de Rita Chaves, Nazir Can, Silvio Renato Jorge, Dorotheé Boulanger, Pires Laranjeira, Sandra Inês Cruz e Inês Nascimento Rodrigues. Na sua variedade anunciam leituras diferenciadas de momentos literários aparentemente individuais, mas que se revelaram cruciais nesta mudança de paradigma literário que vai de uma fase inicial de objetivos ideologicamente motivados para uma outra fase de abertura crítica aos paradigmas da homogeneização de universos por natureza heterodoxos e múltiplos,¹ que aqui são reconhecidos.

O tempo da paz trouxe certamente mais capacidade de reflexão no campo literário e trouxe também uma guerra de memórias em relação a momentos complexos da construção da nação, a identidades duplas ou binacionais ou a alguns

¹ Sobre esta questão, ver Maria Paula Meneses e Margarida Calafate Ribeiro (2008, 12–13).

episódios fraturantes fundadores dos movimentos de independência e das nações: é o caso do massacre de Batepá em S. Tomé e Príncipe, analisado por Inês Nascimento, do papel da literatura e do jornalismo na denúncia das situações sociais extremas em Cabo Verde no tempo colonial, investigado por Sandra Inês Cruz, ou da projeção do 27 de Maio de 1977 na literatura angolana, tratada por Dorotheé Boulanger. Rita Chaves analisa a vaga de testemunhos, autobiografias e biografias que em Moçambique inundam o “mercado da memória” protagonizada, nas palavras da ensaísta, pelos “‘antigos combatentes’, designação que, englobando ex-guerrilheiros e ex-presos políticos, é utilizada para designar os que participaram do processo de independência e aos quais se confere um estatuto especial”. Nazir Can, na senda da ficção de João Paulo Borges Coelho, analisa criticamente a grande mitologia do lusotropicalismo e dos seus pós fantasiosos e fantasmático.

Em certo sentido, neste volume visa-se traçar o surgimento desta nova fase: olhando **os mapas** que construíram o edifício destas literaturas enquanto projetos literários “à espera da história”; lendo **os recortes** mais significativos e desafiantes da sua construção hoje; e olhando o momento em que as diásporas da África lusófona e **os trânsitos** transnacionais dos seus descendentes na literatura e nas artes em geral redefinem a identidade europeia tanto como as identidades no continente africano. Esta evolução, realizada de forma muitas vezes simultânea do ponto de vista cronológico e imbricada com uma “convivência” europeia, está a produzir novas epistemologias e trajetórias culturais que legitimamente podem vincular a Ilha de Wight à Ilha de Luanda, como se verá na análise do trabalho de Djina (por Phillip Rothwell), ou de Luanda com Lisboa, como no espaço literário de Djaimilia Pereira de Almeida ou de Joaquim Arena (por Margarida Calafate Ribeiro), no trabalho performativo do Teatro Griot (por António Pinto Ribeiro), na reelaboração crítica dos discursos de Amílcar Cabral (por Roberto Vecchi), na alimentação mitológica e de alguma forma fantasmática da sua imagem (por Fernanda Vilar) e até na possível integração de memórias alheias de patrimónios comuns, protagonizada por uma literatura escrita por filhos da guerra colonial (por Felipe Cammaert).

A África lusófona é então e ainda um conceito operativo, não mais como uma reivindicação colonial ou como uma ressaca pós-colonial, não mais como um território fixo e absoluto que determina a nacionalidade, mas como um fluxo pós-nacional no qual as identidades individuais não podem ser contidas em termos excessivamente simples ou ideologicamente motivados. Em certo sentido, e culturalmente falando, a África lusófona pode ser um termo agregador e que em nada retira o ser angolano, moçambicano, são-tomense, guineense ou cabo-verdiano.

Por outras palavras, a falta de sentido essencial do conceito de “África lusófona”, apontada por António Pinto Ribeiro (2018) pelo viés mais amplo da Lusofonia, é, de certa maneira, e para nós, a sua força. Abrange uma multiplicidade flexível, incluindo áreas em que o português é pouco falado e agora, de forma estranha e inesperada, até um país com laços históricos muito ténues e distantes com a língua portuguesa.

O uso do termo não exclui, antes pelo contrário estimula, comparações produtivas além das cinco (ou agora seis) nações, como aliás Inocência Mata trata muito claramente num ensaio que vale a pena citar aqui longamente:

Assim, a partir da *observação* no âmbito mais alargado, que não apenas “observar em português” — portanto, africano, global —, as literaturas dos Cinco começaram a ser integradas num contexto comparatista. Partindo do estudo do universo da reinvenção da diferença cultural do português nos espaços nacionais que o têm como língua de expressão literária, foram sendo referidos aspectos que têm a ver com trânsitos não apenas linguísticos e culturais, mas também históricos e ideológicos, com reflexos nos estudos literários, a partir de perspectivas teóricas que desvelavam as relações entre essas literaturas, ao mesmo tempo que as tornavam singulares enquanto sistemas nacionais.

Tratou-se, nessa viragem metodológica (que reflectia uma mudança de paradigma na análise do passado), de pesquisar o carácter supranacional de “certos fenómenos estéticos e literários” e do reconhecimento da sua “capacidade trans-histórica” (Buescu 2013, 36); tratou-se, pode dizer-se, de “provincializar a Europa”, isto é, de reivindicar a contribuição que as colónias (parte do “resto do mundo”) deram para a construção da realidade histórica e cultural de Portugal e da Europa — ou, se se preferir, para a ideologia da modernidade europeia, através de uma reinterpretação da história a partir das suas margens. (Mata, 2013: 106)

Não se trata portanto de esvaziar o sentido de “literaturas nacionais”, legitimamente reivindicadas na independência dentro dos universos linguísticos que escolheram a língua portuguesa como língua oficial e língua literária, mas de nelas encontrar os traços “transnacionais”, de fluxos e refluxos tangíveis. É nesse sentido que vai a contribuição de Alexandra Reza, que coloca a cultura de periódicos da *Mensagem* num contexto transcontinental e linguístico, ou de Raquel Ribeiro, que considera os laços ideológicos e afetivos de Cuba e uma das influências de um dos seus poetas mais famosos na literatura angolana, e ainda de Vincenzo Russo, sobre

o internacionalismo italiano e as suas ligações aos movimentos independentistas da África lusófona “explicado aos italianos”.

Hoje, a África lusófona — que se alimenta de múltiplos nexos de significado em todo o continente e além dele — também se estende de maneira útil no debate sobre a identidade europeia, à medida que angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomenses e guineenses se tornam a personificação da presença da África lusófona na Europa e, no processo, mudam o significado da Europa e da África. É esse o percurso do artista Nu Barreto, que generosamente nos cedeu a sua bela imagem, que constitui a capa deste livro e ilumina os nossos textos. Este percurso de Nu Barreto, da Guiné-Bissau para Paris e hoje para o mundo pela arte, não é certamente algo de absolutamente novo. Mas é certamente a expressão de um movimento cultural que combina fatores anteriores de uma forma contextualmente nova e que está a produzir algo de novo. Tem os seus traços migratórios e cosmopolitas anteriores, em que as famílias ideológicas e as redes familiares jogam um papel de sustentabilidade fundamental, mas lança algo de novo. Lança os protocolos para um diálogo não subalterno entre a Europa e África.

A armadilha de que falava Patrick Chabal (1996) talvez já não exista ou tenha contornos muito diferentes. Haverá outras certamente e também por isso é que estamos hoje a publicar este livro.

Referências bibliográficas

- Buescu, Helena Carvalhão (2013), *Experiência do Incomum e Boa Vizinhaça. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora.
- Chabal, Patrick (org.) (1996), *The Post-colonial Literature of Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co.
- Chabal, Patrick; Birmingham, David; Forrest, Joshua; Newitt, Malyn (2002), *A History of Post-colonial Lusophone Africa*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Mata, Inocência (2013), “Literatura-mundo em português: encruzilhadas em África”, *1616: Anuario de Literatura Comparada*, 3: 107-122. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5090213>.
- Meneses, Maria Paula; Ribeiro, Margarida Calafate, (2008), “Cartografias literárias incertas”, in Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses (orgs.), *Moçambique — das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento, 9-17. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/79430>.

Ribeiro, António Pinto (2018), “Para acabar de vez com a lusofonia”, *Lusotopie*, 17(2): 220–226.

DOI: <https://doi.org/10.1163/17683084-12341728>.

Ribeiro, Margarida Calafate (2014), “A Literature Waiting in the Wings for History: A Tribute to Patrick Chabal”, *Portuguese Studies*, 30: 2, 225–229. DOI: <https://doi.org/10.5699/portstudies.30.2.0226>.

Russo, Vincenzo (2019), *La Resistenza Continua – Il colonialismo portoghese, le lotte di liberazione e gli intellettuali italiani*. Milão: Meltemi.